

**Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões****CONTRA RAZÃO:**

ILMO. SR. PREGOEIRO OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021

SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA. ("SOLUTIS" ou "Recorrida"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1.186, Edf. Catabas Center, Sala 802, CEP 41.820-020, Salvador – BA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.023.465/0001-47, por seu procurador infra firmado, vem, tempestiva e respeitosamente, com fulcro no item 11.1 do edital e demais normas aplicáveis vigentes, apresentar as suas CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela INTEROP INFORMÁTICA LTDA. ("INTEROP"), esperando e requerendo que V. Sa., manifestando-se pelo seu improvimento, mantenha a decisão que declarou a SOLUTIS vencedora do certame, ou, assim não entendendo, que remeta o processo para autoridade superior, a fim de que esta constate a exequibilidade da proposta apresentada pela Recorrida no âmbito do processo licitatório em referência.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Salvador (BA), 25 de Novembro de 2021.

SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA.
Marco Césare Braga Pereira – OAB/BA nº 41.295

ILMO. SR. PREGOEIRO OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021

RAZÕES DA RECORRIDA

- I -
ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

01. Trata-se de licitação promovida pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA ("TRE-BA"), na modalidade de pregão eletrônico do tipo menor preço ("Pregão Eletrônico"), com vistas à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de "suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia".

02. Em recurso administrativo, a licitante INTEROP manifestou discordância com a sua desclassificação, aduzindo em poucas palavras que sua habilitação técnica seria supostamente compatível com as exigências editalícias, o que não configura a verdade dos fatos.

03. Com efeito, o i. Pregoeiro, baseado em parecer técnico exarado pelo setor demandante da contratação, opinou pela desclassificação da empresa por não atender o disposto nas alíneas "a.1" e "a.5" da condição 11.1.7.2, elementos que tratam da capacidade técnico-profissional.

04. Forçoso lembrar que TODOS os temas trazidos pela INTEROP na sua atual peça recursal já foram apresentados em sede de contrarrrazões, portanto a presente irresignação constitui apenas mais uma tentativa, certamente infrutífera, de modificar a decisão proferida pelo i. Pregoeiro com base em análises técnicas da área demandante.

05. Assim, a INTEROP não apresenta argumentos concretos que comprovem atendimento aos requisitos de qualificação técnica exigidos no edital, tratando-se as razões recursais, em verdade, de um conjunto de especulações infundadas, sem o condão de provocar a revogação da decisão que desclassificou a empresa.

06. Não merece, portanto, prosperar o recurso administrativo interposto pela concorrente INTEROP, uma vez que sua proposta apresentava erros e vícios, não estando de acordo com as exigências editalícias.

- II -
MÉRITO

07. A Recorrente apresenta inicialmente o frágil argumento de que teria havido excesso de rigor para sua desclassificação, colocando sua condição de "empresa idônea" como elemento decisório, que possui mais de 300 profissionais e que também seria um motivo frágil para o processo licitatório ter fracassado.

08. Com a máxima vênia, o conceito de "empresa idônea" não se restringe a Recorrente. A SOLUTIS, conforme pode ser visto na sua documentação de habilitação, bem como outras milhares de empresas, possuem o perfil de empresa idônea, estando apta a participar e lograr êxito em processos licitatórios. Ser uma empresa idônea é pré-requisito para participar da licitação, apenas isso.

09. Ter 300 profissionais não habilita a empresa, constitui pura retórica. A SOLUTIS, por exemplo, possui mais de 800 funcionários, contratos com diversos órgãos da Administração Pública, mas isso não a distingue das demais licitantes no processo quando se trata de comprovação técnica. Reiterando, pura retórica.

10. Quanto ao fracasso da licitação, ele ocorreu exatamente pela lisura do processo e dos atos da Administração

Pública, em especial do i. Pregoeiro e da equipe técnica da área demandante. O tal "motivo frágil" aludido na peça da Recorrente constitui para o TRE-BA o respeito ao instrumento convocatório e todos princípios que norteiam o serviço público de qualidade.

11. Em relação ao valor apresentado, usando as mesmas palavras da Recorrente, a oferta está "sensivelmente" abaixo dos valores dos próximos classificados. Não seria fora de propósito imaginar que, no lugar de preço baixo, a proposta da INTEROP esteja mais próxima da inexistência.

12. Definitivamente a Recorrente NÃO TROUXE aos autos do certame comprovações técnicas que fossem aderentes ao edital e insiste pela segunda vez nesse mesmo tema, mesmo após decisão do TRE-BA. Chega a solicitar a realização de novas diligências ou prova de conceito para dirimir eventuais dúvidas.

13. A Recorrente esquece, ou talvez finge esquecer, que o i. Pregoeiro, de forma altamente diligente, concedeu prazo para que a mesma enviasse documentação complementar objetivando o saneamento das inconsistências informadas, mas que ainda assim não conseguiu comprovar o disposto nas alíneas "a.1" e "a.5" da condição 11.1.7.2, tendo validado apenas a alínea "a.2".

14. Como visto, o i. Pregoeiro agiu de acordo com as normas jurídicas vigentes, inclusive as que foram citadas pela INTEROP em sua peça. Quando a Recorrente ressalta que a Administração Pública deve respeitar a CF88 e a legislação infraconstitucional, está apenas confirmando que o TRE-BA agiu de acordo com o devido processo legal, que obriga o gestor público a atuar no limite do descrito no Instrumento Convocatório.

15. Como as exigências contidas nas alíneas "a.1" e "a.5" da condição 11.1.7.2 não foram atendidas, nem com a documentação original nem com os documentos acostados em tempo de diligência, a decisão pela desclassificação da Recorrente é indiscutível.

16. Parece que a Recorrente entende que o processo licitatório é infinito, que perdura por um longo período. Seus questionamentos já haviam sido apresentados anteriormente e agora tenta novamente. O i. Pregoeiro realizou diligências tentando sanar o processo e a INTEROP reitera que seja dada nova oportunidade para apresentação de documentos. Ora, quando acaba esse processo?

17. A primeira análise da documentação foi taxada pela Recorrente como criteriosa e adequada, ao passo que a segunda que a desclassificou estaria associada a um excesso de formalismo. Estranha essa comparação, pois a análise mais detalhada, portanto criteriosa, aconteceu exatamente quando da análise do recurso da LANLINK, quando se constatou que algumas exigências editalícias não haviam sido comprovadas.

18. Aduz a Recorrente que as demais concorrentes não detinham condições mínimas para suas habilitações e que seriam incapazes tecnicamente de atender ao objeto do certame. Parece que aqui reside um certo conhecimento em "futurologia" por parte da INTEROP, ou quem sabe um excesso de presunção. A SOLUTIS fala por si e garante possuir capacidade técnica suficiente para executar os serviços propostos pelo TRE-BA dentro dos padrões exigidos, não são meras e rasteiras palavras que vão minimizar a qualidade dos seus serviços.

19. Entremos agora nas questões técnicas que já foram analisadas pela área técnica do TRE-BA, mas que a INTEROP insiste mais um vez em tentar justificar.

20. A Recorrente busca validar o certificado PMP do seu funcionário Thiago Pacheco da Silva utilizando vários argumentos, todos eles absurdos, vazios e insustentáveis. Relembrando, a área técnica informa que a certificação apresentada estava INVÁLIDA, pois o prazo de validade do documento havia expirado em 10/12/2019, ANTES MESMO DO ADVENTO DA PANDEMIA DA COVID-19.

21. Como primeira tentativa, a INTEROP apresenta uma publicação do PMI São Paulo informando novas datas de realização de exames. Percebam que não está sendo atribuída uma nova vigência automática para o certificado do colaborador Thiago Pacheco da Silva, a informação é apenas acerca da nova data do exame, ressaltando que o mesmo é feito remotamente sem a necessidade de comparecimento presencial.

22. Ora, se o colaborador deixou de renovar seu certificado ainda no ano de 2019, o ônus deve recair exclusivamente no profissional e/ou na INTEROP. Querer associar o vencimento do certificado ao momento de pandemia que o mundo vive é abusar demais da ingenuidade dos demais licitantes.

23. Aduz também a Recorrente que não havia exigência para validade da certificação. Senhores, tal afirmativa é inusitada. Seguindo essa lógica, o TRE-BA deveria classificar a empresa que apresentasse certidão de falência vencida, regularidade fiscal vencida e regularidade trabalhista vencida, pois o edital não exigiu que tais documentos deveriam estar vigentes à época da licitação, nem precisava. Documento não vigente é documento nulo.

24. Não há que se falar em ilegalidade, abusividade ou excesso de formalismo do ato que inabilitou a Recorrente, pois ao apresentar o certificado do colaborador Thiago Pacheco da Silva vencido há mais de um ano, assumiu todo o risco de uma possível desclassificação. Segue decisão nessa linha:

"Ao prosseguir no certame, ciente das exigências editalícias e das decisões impostas, o recorrente assumiu o risco dos seus atos, não podendo imputar ao Poder Público a culpa por eventual descumprimento dos requisitos no edital licitatório (STJ AgRg no RMS 48186/MG, Relator Ministro Rogério Schietti Cruz, 6ª Turma, julgado em 16/02/2016, DJe 25/02/2016)"

25. A área técnica demandante, ao analisar os documentos recebidos em tempo de diligência, corretamente desconsiderou a certificação CCNP SWITCH que foi apresentada pela Recorrente, exatamente por não ser tecnicamente compatível com a exigida em edital.

26. A INTEROP tenta utilizar como pano de fundo para justificar o risco que correu com a apresentação de documentos não aderentes ao edital, argumentos subjetivos de que os requisitos solicitados nas alíneas "a.1" e "a.5" não seriam qualificadores que integrariam os requisitos para os cargos dos profissionais.

27. Em primeiro lugar não se discute que são exigências obrigatórias, portanto as licitantes devem comprovar, sob pena de desclassificação. Se houvesse algo fora do contexto deveria ter sido discutido com a apresentação de questionamentos ou impugnações. Passada essa etapa constitui apenas descontentamento por parte de quem não apresentou.

28. Em segundo lugar, qual o embasamento objetivo da Recorrente quando diz que não são qualificadoras que integram os requisitos dos cargos para os profissionais ? O TRE-BA informou em algum momento que não existiria relação das exigências com os serviços ? Parece que não, isso demonstra apenas consequência da irresignação da licitante.

29. Outro elemento que a INTEROP coloca para tentar validar sua documentação é a declaração que dispõe de pessoal técnico capacitado. Na verdade, diante da falta de comprovação das alíneas "a.1" e "a.5" da condição 11.1.7.2, não seria leviano afirmar que a declaração acima descrita carece de veracidade, sujeitando o infrator às penas disciplinares que regem os processos licitatórios.

30. Em resumo, as decisões do i. Pregoeiro estão completamente aderentes ao processo, visto que foram tomadas conforme determina o edital e sem qualquer espaço para subjetivismos. Incurreria o mesmo em grave e insanável erro se avaliasse a documentação válida.

31. Diante do exposto, resta demonstrado a correta desclassificação da Recorrente, , devendo ser mantida a decisão.

- III - CONCLUSÕES

32. Diante de tudo exposto, a SOLUTIS requer que sejam acolhidas as presentes contrarrazões para que seja julgado improcedente o recurso administrativo interposto pela INTEROP, mantendo a decisão que desclassificou a Recorrente e declarou o processo fracassado.

33. Por fim, requer, caso assim não entenda, remeta o processo para autoridade superior, a fim de que esta constate a regularidade dos atos praticados no âmbito do processo licitatório em referência.

Nestes termos,
Pede deferimento,

Salvador (BA), 25 de Novembro de 2021.

SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA.
Marco Césare Braga Pereira – OAB/BA nº 41.295

Fechar